

ALUSOGRAFIA AFRICANA

Jean-Michel Massa
Univ. de Rennes, FR

Não é no encontro de hoje, aqui, no Rio de Janeiro, que eu pretendo explicar e esclarecer o que se entende por complexidade – ou melhor por complexidades da Língua Portuguesa. Sabemos que a língua portuguesa foi uma língua em constante expansão e que, numericamente, cada ano, a língua dos portugueses é um idioma mais intercontinental, internacional, universal.

A expansão desse idioma simboliza um dos maiores desafios da história ocidental. Fugiria do nosso tema lembrar e inventariar as etapas, peripécias históricas, culturais, religiosas dessa expansão pluricontinental, na África, na Ásia e na América: expansão da língua oral, isso é da lusofonia. A lusofonia gera a lusografia, que diz respeito não à fala mas à escrita em português.

Cito o título do presente colóquio: *A língua portuguesa no mundo da lusofonia*. O neologismo português “lusofonia” nasceu há uns vinte anos, réplica do conceito, da palavra francesa *francophonie*. Na França foi o geógrafo Onésime Reclus que, em 1880, criou as palavras *francophonie* e *francophone*. Ele definia os falantes, os cultores da língua francesa. Até aos anos 30, o termo é raro. Valéry Larbaud, grande escritor francês, com visões internacionais, o democratiza. Mais perto de nós, Raymond Queneau e Léopold Sedar Senghor o internacionalizam. Hoje a *francophonie*, recuperada pelos políticos, define um espaço mais político, o de países, o de nações, que têm o francês como língua oficial ou utilizada no país. Por exemplo, o Senegal.

Mas Cabo Verde, a Guiné-Bissau entraram na comunidade francófona formada por cerca de quarenta outros países total ou parcialmente francófonos. Hoje em dia, *francophonie* abarca o espaço da língua oral e escrita. A palavra *francographie* nunca vingou no meu país. Não aparece nem no Robert, nem no Trésor de la Langue Française.

Em Portugal, a lusofonia é uma réplica recente da *francophonie*, aliás pouco fiel à realidade. Com efeito, nem todos os lusófonos falam português. As estatísticas incluem toda a população dos países que têm o português como língua oficial. Sabemos que são por ordem alfabética: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor. Cin-

co pertencem a os chamados PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). No dicionário clássico de José Pedro Machado (10 volumes, 1964) encontramos, além dos clássicos vocábulos: luso-africano, luso-brasileiro, luso-ibérico, geograficamente corretos, lusófilo, lusófobo e um curioso lusitanófilo. Lusófono e lusofonia estão ausentes. A palavra lusofonia não entra tampouco no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, em 1976, o famoso *Aurélio*. Mas no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, em 2001, entram lusofonia, lusófono (adjetivo e substantivo) e 19 palavras compostas com luso – como nome de uma terra ou país – além dos lusófilos e lusófobos e o clássico luso-descendente e, para não esquecer o Brasil e Gilberto Freyre, o luso-tropicalismo.

Mas falta ainda o luso-falante, presente aliás no dicionário do meu falecido amigo Antônio Houaiss (*o houaiss da língua portuguesa*, 2001) onde estão presentes lusófono, lusofonia mas não luso-descendente. Em nenhum dos dicionários consultados se registra lusógrafo ou lusografia. Há uns vinte anos, depois da independência nos anos 1975 das ex-colônias portuguesas, comecei a utilizar este neologismo e a defini-lo.

* * *

Para compreender a situação e definir a lusografia, conceito que se aplica com muito proveito à África, é preciso evocar a primeira colônia que se desligou de Portugal e conquistou a sua independência, ou seja o Brasil.

É preciso lembrar que, quando se fala de língua “brasileira”, ninguém duvida que o idioma ao qual se faz referência seja a língua na qual estou falando hoje e aqui.

Até aos anos 1830-1840, quando se aludia à língua “brasileira” ou língua “brasílica” não se tratava nem da língua do Brasil nem da língua falada no Brasil mas sim de uma das línguas dos índios (tupi, língua geral ou outras línguas indígenas). Eram falares desprezados, sem F, sem L, sem R por serem sem Fé, sem Lei, sem Rei. Só os missionários ou colonizadores conheciam, utilizavam, ou faziam estudos sobre os referidos idiomas, meio de comunicação oral. O exemplo mais significativo e inteligente é o do jesuíta Anchieta que catequizou através do teatro, utilizando nos autos as duas línguas, portuguesa e indígena.

No Brasil reinava o multilingüismo: falares indígenas, regionais, línguas diferentes, incluindo o português. O Marquês de Pombal, com uma decisão autoritária, drástica, suprimiu essa rica diversidade. Foi o *Diretório dos Índios*

(1757) decisão política contra os jesuítas, mas que impunha também a língua portuguesa como língua exclusiva, proibindo o uso da chamada língua geral. Lentamente, a Língua Portuguesa se alastrou. Lentamente, pois quase não existiam escolas, mas progressiva e, duma certa maneira, definitivamente, a língua portuguesa foi conquistando o campo da escrita.

Atualmente, com exceção de alguns poucos espaços onde sobrevivem idiomas de origem, reina o monolingüismo da Língua Portuguesa, que alguns chamam de língua portuguesa do Brasil ou Língua Portuguesa, mas não vamos abrir esta polêmica.

Localmente, no Brasil, há também alguns falares africanos, porém em números reduzidos, ilhas ou melhor ilhotas em espaços limitados. Pensamos em estudos recentes, por exemplo, os de Vogt e *Os Falares Africanos na Bahia* (2001) de Yeda Pessoa de Castro e no *Novo Dicionário Bantu do Brasil* (2003) de Nei Lopes, já na segunda edição. As línguas africanas entram também no ritual das religiões afro-brasileiras como o latim entrou no ritual da religião católica.

* * *

O exemplo do Brasil era necessário para definir a lusografia, e mais concretamente, a lusografia africana. Da nossa análise vamos excluir a Ásia, Macau, Timor e os numerosos crioulos de origem portuguesa apesar de muitas interferências e paralelismos. Trata-se de um outro sistema lingüístico.

Na África encontramos cinco países, ex-colônias portuguesas, que apresentam três casos muito diferentes. Os mais simples são os dois maiores em extensão e população: Moçambique e Angola. Cada um com uma presença forte de línguas africanas indígenas chamadas línguas nacionais. São quarenta em Moçambique e seis reconhecidas oficialmente em Angola. De Norte a Sul: kikoongo, kimbundu, cokwe, umbundu, mbunda, kwanyama. O kikoongo está presente também no Zaire, o kimbundu é a língua da capital Luanda, o cokwe está presente também no Zaire e ocupa o oeste do país, o umbundu (Benguela, Huambo, Bié) situa-se no centro, o mbunda encontra-se presente também na Zâmbia, o Kwanyama também na Namíbia. As seis línguas apresentadas, escolhidas como línguas nacionais e reconhecidas oficialmente não cobrem a totalidade do país (um milhão e meio de quilômetros quadrados). A situação lingüística de Angola apresenta algumas complicações: as seis línguas reconhecidas se estendem fora do território nacional mas não cobrem todo o espaço angolano e há espaços interiores com outras línguas não reconhecidas nem

nacionais. Não vamos entrar nas complicações moçambicanas, lembraremos apenas que as línguas africanas e dialetos totalizam mais ou menos quarenta. É obvio que cada língua alimenta uma diversidade cultural e, às vezes, religiosa.

Devido à complexidade lingüística, não só de Angola e Moçambique mas também dos outros três países, logo depois das independências, as nações evocadas desenvolveram um imponente programa de escolarização, de alfabetização da juventude e dos adultos que fez crescer o número de luso-falantes e de luso-escreventes. Mas não antecipemos.

Para Angola e Moçambique, o peso da língua portuguesa cresceu, consequência da guerra civil, de um importante êxodo rural, do aumento espectacular da população das cidades, especialmente Luanda e Maputo. Como Lisboa, Luanda possui um milhão e meio de habitantes. Por isso, a Língua Portuguesa adquiriu o estatuto de língua necessária também para a comunicação entre os vários grupos lingüísticos, sem ter aliás um estatuto jurídico definido. Nenhuma das ex-colônias reconhece um estatuto a língua portuguesa. É um problema nunca evocado nas constituições das novas repúblicas. Só para lembrar, no Brasil, só na constituição de 1988 é que a Língua Portuguesa foi reconhecida como língua nacional.

Outra originalidade de Angola é que a concentração urbana em Luanda gerou uma língua específica, uma espécie de gíria ou calão, que uma marginalidade importante ajudou a cristalizar. Embora seja um tema de interesse para a pesquisa universitária, tal gíria por enquanto quase não foi estudada.

Angola e Moçambique, países de grande extensão geográfica e multilingüismo plural, procuraram utilizar a Língua Portuguesa como fator de unificação política. Samora Machel, que foi Presidente até a sua morte trágica em 1986, sempre clamava nos comícios: “um só povo, uma só língua, uma só nação”. Lutava também contra o “retrógrado tribalismo”, símbolo das trevas africanas, para ele talvez tão perigosas como as trevas do colonialismo. Moçambique tem não só a diversidade lingüística evocada mas três outras diversidades: duas religiosas e uma geográfica. O Islamismo é forte e ativo em certos setores do território nacional. De outro lado, pode-se notar uma impregnação protestante desenvolvida pelas missões desde o século passado. Além disso, vindo da Índia e de Goa, enraizou-se uma presença asiática antiga e profunda.

* * *

Os três outros países, apesar de terem uma superfície muito mais reduzida, apresentam características distintas e originais. A Guiné-Bissau, com os

seus 30000 quilômetros quadrados, espalhada numa plethora de ilhas, tem mais de quinze línguas africanas, uma forte islamização e dois crioulos. É um país marítimo, essencialmente agrícola, pouco urbanizado, com três pequenas cidades Bolama – antiga capital – Cacheu e Bissau, mas um milhão de habitantes e uma grande diversidade religiosa, étnica e cultural. Foi por este motivo, tipológico, de país pequeno e complicado, que o escolhemos para realizar o nosso primeiro dicionário das peculiaridades da língua portuguesa escrita da Guiné-Bissau (1996). Infelizmente, o dicionário já se esgotou. O país é o exemplo mais evidente da ignorância dos colonizadores, não só portugueses mas ingleses e franceses no final do século XIX. Na conferência de Berlim em 1885, fixaram as fronteiras, com linhas retas, desprezando ou melhor negando os fatores identitários: língua, religião, esquecendo o animismo e as etnias.

Totalmente à parte encontram-se as duas últimas nações. São verdadeiramente nações, enquanto os três outros países citados são estados e futuramente nações. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, arquipélagos no meio do mar, respectivamente a 500 e 1000 quilômetros do continente africano não conheciam a presença do homem – ao que parece. Terras virgens, como a Madeira e os Açores. Por isso, colonizados por portugueses e por escravos, construíram logo um sistema novo, original. Não havia línguas africanas com base escrita e tão diversas e faladas por um número reduzido e movediço de falantes que não chegaram a se enraizar. Organizou-se, paralelamente a uma presença lingüística portuguesa fraca, e também essencialmente oral, uma nova língua: o crioulo, ou melhor os crioulos. Dois, se nos referimos a regiões geográficas, norte e sul (Barlavento e Sotavento). Dez, se considerarmos o número das ilhas povoadas. Em São Tomé e Príncipe, um crioulo para cada ilha, e o angolano com base bantu na região oriental de São Tomé.

“E agora José”, como dizia o meu amigo Carlos Drummond de Andrade, e a lusografia?

* * *

Bem se vê que a presença da lusofonia é complexa, diversa e de certa maneira limitada nos PALOPs. Aliás, os interessados utilizam mais a denominação de “os Cinco” em vez de PALOPs. Os Cinco têm línguas nacionais que não são a Língua Portuguesa. Recentemente, Cabo Verde decidiu fazer do crioulo a língua nacional e ensinar em crioulo. Mas qual crioulo? ainda é um problema a resolver. Assim a Língua Portuguesa tornou-se primeira língua estrangeira em muitos casos. O seu estatuto gera conflitos, controvérsias,

polemicas. É também um problema quente, político além de lingüístico. Nos Cinco, constatamos uma plethora de falares e bilingüismo, polilingüismo ou diglossia, sem esquecer o peso modesto mas efetivo do inglês em Moçambique (país que aderiu ao *Commonwealth*) nem do francês nos outros quatro países com a proximidade fronteiriça da língua francesa através das ex-colônias francesas e belga (Senegal, Guiné ex-francesa, República democrática do Congo, Gabão). Por isso, a lusofonia como língua falada, usual, quotidiana, maioritária não cobre os espaços todos. Durante a colonização, o português era essencialmente a língua de uma minoria, os portugueses e os assimilados. A rede escolar era fraca e mais aberta aos metropolitanos do que aos indígenas. Em contrapartida, a lusografia tem outro estatuto, outra presença, que vamos definir agora.

Nesse setor, Portugal foi verdadeiramente revolucionário e pioneiro entre todas as outras nações colonizadoras. Com efeito, a partir de 1842, em Cabo Verde, foi criado o *Boletim Oficial* da referida colônia, e importada uma tipografia. Nascia a lusografia na África. As outras colônias, alguns anos mais tarde, tiveram também os seus *Boletins Oficiais*. Decisão e criação pioneiras, já que nas outras colônias francesas e inglesas, as publicações em línguas européias são muito mais tardias, quase meio século depois. Em 1849, aparece também, em Luanda, o primeiro livro nacional, *Espontaneidades da minha alma*, de José da Silva Maia Ferreira, que evoca a realidade angolana. Nasce a lusografia literária e começa a existência de literaturas que não direi autônomas mas já diversificadas.

Na série do *Almanaque Luso-brasileiro de Lembranças*, desde 1851, além de textos produzidos por portugueses, brasileiros, macaenses ou goeses, aparecem também escritores nacionais que mandam das diversas regiões da África textos em prosa e verso para o *Almanaque*. São contistas, poetas, funcionários amadores das letras que propõem textos e depoimentos, quase reportagem sobre costumes ... é um patrimônio lusógrafo que na nossa universidade de Rennes a nossa equipe de pesquisa vem recolhendo e vai republicar nos próximos anos. Vão entrar numa coleção nossa chamada PLA, isto é, Patrimônio Lusógrafo Africano. A lusografia existe como sistema, quase como estatuto. E vai existir com um conteúdo próprio e com uma criação lingüística. Não popular, obviamente, um pouco elitista, mas através dos lusógrafos que são os escritores. No século XIX, mais de uma centena e a plethora de escritores do século XX, já que muito raramente as línguas africanas ou os crioulos foram escolhidos como línguas de criação ou expressão literária.

Os nossos dicionários (são três: Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe esgotados e Cabo Verde disponível) nasceram do estudo e da análise de textos escritos nos referidos países: imprensa, revistas, exercícios escolares, cartas... e ainda mais do depoimento de obras literárias de escritores nacionais. Excluí-

mos os traços característicos do estilo próprio de um autor criador de palavras (Luandino Vieira e Mia Couto) e os seus neologismos. No Brasil, pensaríamos em Guimarães Rosa. Mas é de lembrar que, vamos vê-lo, a lusografia africana é evolutiva e criativa.

Podem imaginar que não vamos, hoje e agora, esgotar uma riqueza bissecular de uma língua e literatura escritas no continente africano. Antes do trabalho dos escritores é preciso indicar a presença natural e obrigatória das *realia* de cada país, são os termos que definem a flora, a fauna, os costumes, que existem só no país em questão e que raramente aparecem nos dicionários portugueses ou brasileiros.

Utilizamos os trabalhos científicos dos pesquisadores portugueses ou não portugueses. Recolhemos centenas de palavras. Ninguém imagina que oitenta ornitólogos, só para Cabo Verde, estudaram as aves e registraram os nomes locais. As bibliografias dos nossos dicionários apresentam obras de naturalistas que a partir do século XVIII – Século das Luzes – pesquisaram e publicaram textos agora esquecidos por muitos deles. É uma lusografia que podemos chamar de científica, patrimônio dessas nações.

Descobrimos um outro setor. São termos portugueses do português metropolitano que evoluíram semanticamente. Não são neologismos mas empréstimos. Eis um exemplo cabo-verdiano: “carinha”: é a fotografia para passaporte ou bilhete de identidade. Os nossos dicionários são também enciclopédicos: recolhem e explicam termos que fazem parte da identidade da terra. Por exemplo, no caso de Cabo Verde, uma palavra como “milho” é um sésamo para compreender a nação. Tem uma presença em muitíssimos aspectos da vida que não tem em outros países e que tem de ser explicada e comentada.

Todos os vocábulos inventariados nos nossos dicionários foram levantados de textos documentados. Correspondem muitos deles a realidade da vida quotidiana: agricultura, pesca, culinária, utensílios e instrumentos, música, cultura sentimentos – como a famosa *morabeza* cabo-verdiana – etc. É preciso lembrar de novo uma característica e um limite dos nossos dicionários. Por motivos evidentes, a modéstia dos nossos meios financeiros – já que recebemos somente um apoio do Centro National de la Recherche Scientifique que ajudou e apoiou as pesquisas da nossa equipe – impediu que a língua falada, a língua de rua, da televisão, do rádio, fosse contemplada. Já era difícil reunir a documentação escrita, espalhada nos Cinco, com os conflitos e guerra civil que conheciam alguns deles. A nossa universidade reuniu no *Fonds Africain Bernadino Chiche* (nome de um estudante nosso, moçambicano, tradutor de Samora Machel, que morreu com ele no crash do avião) aproximadamente 10 000 volumes, e dezenas de coleções de revistas antigas e mais recentes, incluindo a coleção completa do *Almanaque Luso-brasileiro de Lembranças* (1851-1936).

Não tinha a pretensão de esgotar uma matéria tão rica. O tempo falta para ir além e aprofundar mais sobre nosso trabalho e metodologia, mas espero que o debate possa continuar a presente exposição, rápida e forçosamente incompleta.